



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO N. 2021.000201-2

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

RECORRIDO: MARGARIDA MATEUS DE OLIVEIRA

RELATOR: MAGNO CÉSAR ROSSI JÚNIOR

EMENTA: IPTU. PROCEDIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DECORRENTE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/2012 – SEMUT. LEGALIDADE. NÃO SE COMPREENDE NA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES OU DAS AUTORIDADES FISCAIS DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE ATO EDITADO POR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 3º DO DECRETO N. 5.303/2004 E 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA RESOLUÇÃO N. 001/2004.

1. Não cabe à Autoridade Julgadora de primeira instância ou à Autoridade Fiscal realizar controle de legalidade e/ou constitucionalidade de ato administrativo editado por Secretário Municipal de Tributação.
2. Tal imperativo decorre do art. 3º do Decreto n. 5.303/2004, bem como do art. 1º, parágrafo único, da Resolução n. 001/2004, segundo os quais não se compreende na competência do Conselho Municipal de Contribuintes – CMC o exame de constitucionalidade ou legalidade de normas municipais de natureza fiscal, salvo se houver pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.
3. Logo, se é defeso ao CMC, órgão máximo do contencioso administrativo tributário municipal, promover controle de constitucionalidade ou legalidade de leis e atos administrativos municipais, também o é aos órgãos de hierarquia inferior.
6. Recurso de ofício conhecido e provido parcialmente, de modo que a base cálculo do IPTU do exercício de 2021 seja apurada a partir da do IPTU do ano 2013, cujo valor corresponde a R\$ 123.185,00 (cento



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES**

PROCESSO N. 2021.000201-2

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

RECORRIDO: MARGARIDA MATEUS DE OLIVEIRA

RELATOR: MAGNO CÉSAR ROSSI JÚNIOR

e vinte e três mil cento e oitenta e cinco reais), sobre o qual incidirá apenas os índices acumulados de correção monetária, visto que o imóvel foi cadastrado no ano de 2012.

ACÓRDÃO N. 214/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em conhecer do recurso de ofício e dar a ele provimento parcial, nos termos do voto do relator.

Data da leitura e aprovação: 23 de novembro de 2022.

Data do julgamento: 16 de novembro de 2022.

Francisco Josenildo Olinto Bezerra – Presidente

Magno César Rossi Júnior – Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Magno César Rossi Júnior, Francisco Josenildo Olinto Bezerra, Ubiratan Pereira Bezerra, Pedro Henrique Júnior e Cynthia Lopes de Oliveira Silveira.